

Título

A “Renasçença Portuguesa” — Pensamento, Memória e Criação

Coordenação Científica

António Braz Teixeira, Celeste Natário, Jorge Teixeira da Cunha,

José Carlos Seabra Pereira, Manuel Cândido Pimentel, Manuel Gama,

Renato Epifânio

Coordenação editorial

Isabel Pacheco, U.Porto Edições

Revisão

Maria José Cunha

**Série Para Saber, 51**

1.<sup>a</sup> Edição, Porto, dezembro 2017

© Universidade do Porto

Praca Gomes Teixeira

4099-002 Porto

<http://edicoes.up.pt>

[editup@reit.up.pt](mailto:editup@reit.up.pt)

Design

[idd.fba.up.pt](http://idd.fba.up.pt)

Impressão e acabamentos

Clássica – Artes Gráficas

ISBN

978-989-746-150-7

e-ISBN

978-989-746-151-4

Depósito legal

434369/17

Impresso

350 exemplares

# A “Renasçença Portuguesa” Pensamento, Memória e Criação

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

António Braz Teixeira

Manuel Cândido Pimentel

Celeste Natário

Manuel Gama

Jorge Teixeira da Cunha

Renato Epifânio

José Carlos Seabra Pereira

**U.PORTO** EDIÇÕES

3.	<b>Jaime Cortesão e Raul Brandão — Escritores da “Renascença Portuguesa”</b>	441
	<i>Miguel Real</i>	
3.1.	Introdução	441
3.2.	Jaime Cortesão Contista	443
3.3.	Raul Brandão e <i>Húmus</i> : o Sentido da Vida	450
4.	<b>Raul Brandão, Teixeira de Pascoaes e A Águia</b>	455
	<i>Maria João Reynaud</i>	
5.	<b>Entre Durban e as Índias Espirituais — Fernando Pessoa, A Águia e a “Renascença Portuguesa”</b>	465
	<i>José Almeida</i>	
	<b>MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS</b>	477
1.	<b>Música e “Renascença Portuguesa”: Alguns Apontamentos</b>	479
	<i>Edward Lutz Ayres d’Abreu</i>	
2.	<b>Alguns Artistas Plásticos e a Imagem Estética da “Renascença Portuguesa”</b>	487
	<i>Isabel Ponce de Leão</i>	
3.	<b>“Ondeantes Incertezas” — Afonso Lopes Vieira e Robert Schumann</b>	503
	<i>Paula Pina</i>	
	<b>POETAS DA RENASCENÇA</b>	517
1.	<b>Teixeira de Pascoaes e o Saudosismo da “Renascença Portuguesa”</b>	519
	<i>António Cândido Franco</i>	
2.	<b>Afonso Lopes Vieira — de <i>O Povo e os Poetas Portugueses</i> (1910) a “Os Cabelos de Inês”</b>	527
	<i>Cristina Nobre</i>	
2.1.	A Persistência Poética da Raça: O Povo e os Poetas Portugueses	527

2.2.	<b>A Melhor Esperança: Missão Educativa e Apostolado pelas Crianças</b>	53
2.2.1.	A Obra de Lopes Vieira no Espelho da Auto Canonização	53
2.2.2.	A Dispersão Poética de Lopes Vieira nas Revistas Literárias de Então	53
2.3.	<b>A Suprema Síntese Espiritual: o Saudosismo da Nação e os Poetas Lusíadas</b>	540
2.4.	<b>A Redenção da Pátria: o Integralismo Lusitano e a Geração do Regresso</b>	55
3.	<b>Pessoalmente: Mensagem Refundadora</b>	56
	<i>Annabela Rita</i>	
4.	<b>Mário Beirão — Ausência da Unidade na Plural Presença Finita?</b>	57
	<i>Gilda Nunes Barata</i>	
5.	<b>Tentação do Mar, Tentação do Céu: a Poesia Renascente de Augusto Casimiro</b>	581
	<i>Duarte Braga</i>	
5.1.	O Tópico das “Índias-Novas” e o Lirismo Saudosista	581
5.2.	Augusto Casimiro: dos Primeiros Versos às “Índias-Novas”	583
6.	<b>A Saudade da Terra do Paraíso na Poesia Religiosa de António Correia de Oliveira</b>	591
	<i>Samuel Dimas</i>	
	<b>EDUCAÇÃO</b>	623
1.	<b>O Sentido da Existência e do Existente na Filosofia Criacionista de Leonardo Coimbra — Perspetivação Antropagógica</b>	625
	<i>Manuel Ferreira Patrício</i>	
2.	<b>As Universidades Populares da “Renascença Portuguesa” — Teoria e Práticas</b>	633
	<i>José Carlos Casulo</i>	

## 2. AS UNIVERSIDADES POPULARES DA “RENASCENÇA PORTUGUESA” — TEORIA E PRÁTICAS

José Carlos Casulo

O conceito de universidade popular radica no cruzamento entre o conceito de educação popular, com génese pedagógico-iluminista, mais concretamente no enciclopedismo francês do século de setecentos, e o conceito de educação de adultos advindo da crescente afirmação das classes trabalhadoras francesas ao longo do século XIX que resultou na reivindicação, por parte destas, do acesso ao conhecimento, reivindicação à qual vieram dar resposta as primeiras modalidades de ensino informal que receberam a designação de universidades populares.

Com efeito, sem menosprezo quer pelo contributo do dinamarquês Nikolai Grundt wig para a ideia de uma formação ao longo da vida, quer pelo plano apresentado por Talleyrand à Assembleia Constituinte francesa em setembro de 1791,<sup>1</sup> será no antigo aluno dos jesuítas, mas também, depois, discípulo de d'Alembert, Nicolas de Condorcet, concretamente no relatório por ele apresentado à Assembleia Legislativa de França em abril de 1792, que poderemos encontrar uma proposta educativa que, no quadro mais amplo daquilo a que hoje chamaríamos educação permanente, previa a instituição de cursos de promoção social para os adultos trabalhadores, cursos esses a serem levados a cabo através de conferências periódicas.

E será também em França, pouco mais de uma centúria volvida (em 1898) e do incremento gradual de uma educação popular ao longo dela verificado, que assistiremos à constituição da primeira universidade popular, implementada por um grupo heterogéneo de católicos, socialistas e sindicalistas, à frente do qual se encontrava o anarquista George Deherme.

É francesa, pois, a universidade popular. É francesa, aparece com esta designação no final do século XIX, mas reporta-se embrionariamente, enquanto ideia, à Revolução Francesa.

Ora, dada a influência gálica em Portugal, ninguém se admirará que, entre nós, se tivesse fundado, em 1904, em Lisboa, a partir da já existente Academia de Estudos Livres, aquela que, como tal nomeada, terá sido a primeira univer-

<sup>1</sup> Cfr. Condorcet, "Rapport et projet de décret sur l'organisation générale de l'instruction publique", in Hippeau, C., *L'instruction publique en France pendant la Révolution*, Klincksieck, Paris, 1990, pp. 105-101 (republicação da edição original de 1881).

sidade popular portuguesa, sendo responsável pela sua criação a maçonaria, através da loja lisboeta "Simpatia e União".<sup>2</sup>

E a esta outras experiências análogas se seguiram, utilizando indistintamente as expressões universidade livre e universidade popular, entre elas as universidades populares da "Renascença Portuguesa", as quais, desde o início, o Movimento considerou como um dos meios necessários à concretização da sua missão educativa popular. Porque, sim, era a promoção da maior cultura do povo português, para utilizar uma expressão querida aos renascentes, que a Sociedade elegia como horizonte que dava sentido à sua existência e ao seu agir, como se passa a recordar.

Na realidade,<sup>3</sup> já Jaime Cortesão, o pai da ideia de uma "Renascença Portuguesa", em carta de julho de 1911 endereçada a Raúl Proença, se referia à tarefa educativa que a Renascença veio a assumir, ao falar da necessidade de fundar uma associação de artistas e intelectuais que levasse para diante uma vasta ação educativa.

Dando concretização a este projeto, realizou-se, cerca de um mês depois, uma reunião em Coimbra, no Choupal, à qual o próprio Cortesão aludiu realçando o propósito educacional dela saído. Nesta reunião, elaborou-se, também, um projeto de estatutos para a novel associação e tomou-se a decisão de fazer um manifesto-programa do movimento, tarefa esta de que foi incumbido Teixeira de Pascoaes. O poeta amarantino redigiu o manifesto e enviou-o a Álvaro Pinto, para que este o apresentasse numa nova reunião, que viria a ter lugar em Lisboa, em 17 de setembro, na qual Proença e outros intelectuais do sul estariam presentes.

Do grupo que se tinha reunido em Coimbra, só Cortesão e Álvaro Pinto estiveram no encontro de Lisboa, ao qual compareceram, também, Raúl Proença, António Sérgio, Câmara Reis, Joaquim Manso, Mário Beirão, Veiga Simões e ainda Gastão Correia Mendes e Albino Forjaz Sampaio. O grupo do sul discordou do texto de Pascoaes que Álvaro Pinto apresentou e encarregou Proença de redigir um novo manifesto, demonstrando-se, assim, logo de início e no

cleo do movimento, uma ambiguidade de posições que viria a culminar com a dissensão que levaria à fundação da revista Seara Nova.

Pascoaes acabaria por redigir um novo manifesto que seria o texto de abertura do primeiro número da segunda série de *A Águia*, agora órgão oficial da Renascença, vindo o seu manifesto original e o de Proença a ser publicados apenas em 1914.

Tanto o primeiro manifesto de Pascoaes como o de Proença, se bem que divergissem profundamente ao nível teleológico, elegiam como razão de ser da Renascença a tarefa de promover a educação do povo português, caracterizando-a, assim, como um movimento educacional, como uma sociedade cultural cujas diferentes manifestações (artística, literária, política, económica, religiosa e outras) serviam à realização do desiderato último da educação nacional. Isto mesmo, aliás, era evidenciado pelo Estatuto da "Renascença Portuguesa", já pelo primeiro, já, principalmente, pelo que, em 1913, foi produto da revisão desse primeiro texto. Com efeito, se o artigo 2.º dos estatutos iniciais estabelecia que o movimento tinha por fim promover a maior cultura do povo português, por meio da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, o artigo 3.º dos novos estatutos era de uma clareza incontestável ao afirmar, como uma das justificações para a criação da Sociedade, o desenvolvimento educativo de todos os cidadãos portugueses, por meios vários (livros, revistas, exposições, excursões...), entre os quais a Universidade Popular.

Na consumação do seu projeto educacional, a "Renascença Portuguesa" desenvolveu uma notabilíssima atividade da qual não julgámos ser excessivo apresentar, aqui, uma brevíssima panorâmica, começando por referir que o Movimento assegurou, por períodos mais ou menos longos, a edição de três órgãos periódicos, a saber, *A Águia*, *A Vida Portuguesa* e *Princípio*. Ainda no campo das publicações, note-se que à Renascença se deve a edição de mais de duas centenas de obras sobre temas que vão da educação à economia, da história ao direito, da etnografia à poesia, ou até do simples almanaque às memórias de guerra.

Outros meios usados pelos renascentes para levar avante os seus intuitos de educação do povo português foram as conferências, exposições e saraus culturais. Basta ver a secção intitulada "A Obra da Renascença", amiúde inserida em *A Vida Portuguesa*, para nos apercebermos da sua frequência e dos assuntos tratados.

Os renascentes tiveram, ainda, intervenção importante na questão nacional levantada em torno da Grande Guerra 1914-1918 e da participação portuguesa

2 Para esta genealogia vd. Pintassilgo, J., "O projeto pedagógico das universidades populares no Portugal da primeira década do século XX. O exemplo da Academia de Estudos Livres", in *IV Congresso Brasileiro de História da Educação — A Educação e os seus sujeitos na história*. Anais, Goiás, Universidade Católica de Goiás — Sociedade Brasileira de História da Educação, 2006 (disponível online no Repositório da Universidade de Lisboa, <http://hdl.handle.net/10451/4036>, acessado em 21/XI/2011).

3 Em quase toda a sua extensão, este n.º 2 transcreve, eliminadas citações (cujo teor foi parcialmente integrado no presente texto) e notas de rodapé e reorganizando-o levemente, a maior parte do texto publicado a pp. 57-61 do nosso livro *Filosofia da Educação em Teixeira de Pascoaes* (Braga, IE/CEEP-Universidade do Minho, 1997).

no conflito, tendo-se chegado a criar, por deliberação do seu Conselho de Administração, logo em 1914, a Sociedade de Instrução Militar da "Renascença Portuguesa", cuja anunciada missão era a de instruir militarmente voluntários que se quisessem preparar para uma eventual participação de Portugal na guerra.

Naturalmente, não poderíamos deixar de lembrar as Universidades Populares que, em número de quatro (Porto, Póvoa de Varzim, Vila Real e Coimbra) e mais duas projetadas mas de cujo funcionamento não se encontrou notícia (Lisboa e Ponta Delgada), promoveram variegadas lições públicas e ministraram cursos no âmbito de diferentes matérias, orientadas por um paradigma pedagógico do qual Jaime Cortesão nos deu conta em nove artigos publicados em *A Vida Portuguesa*, a estes se devendo adir um artigo de Álvaro Pinto e de Teixeira Rego, um outro, se bem que dado a lume em duas partes e anunciado uma terceira que não veio a acontecer.

Foram eles, de Cortesão, os seguintes: "As universidades populares — I: sua missão e necessidade em Portugal" (n.º 3, 30 de novembro de 1912, pp. 19-20), "Questões educativas: universidades livres, extensões universitárias, universidades populares — II" (n.º 4, 15 de dezembro de 1912, pp. 25-26), "Questões educativas — universidades populares — III: como as universidades populares começaram em França" (n.º 5, 31 de dezembro de 1912, pp. 33-34), "Questões educativas — as universidades populares IV: a Universidade Popular do Porto" (n.º 6, 16 de janeiro de 1913, pp. 41-42), "Questões educativas — as universidades populares V: as classes médias e a nossa Universidade Popular do Porto" (n.º 8, 18 de fevereiro de 1913, pp. 58-59), "Questões educativas — as universidades populares VI: a Universidade Popular do Porto e a Renascença Portuguesa" (n.º 10, 16 de março de 1913, pp. 73-74), "A Universidade Popular e o operariado" [VII] (n.º 19, 1 de novembro de 1913, p. 145), "Universidades populares — VIII: Universidade Popular do Porto e o problema da instrução primária" (n.º 21, 1 de janeiro de 1914, p. 1) e "Universidades populares IX: nacionalismo e cosmopolitismo" (n.º 22, 10 de fevereiro de 1914, p. 9).

Álvaro Pinto publicou "Crónica — Universidade Livre e universidades populares — Antes e depois da República — A mudança de regime trouxe logo conhecimento imediato e educação absoluta..." (n.º 19, 1 de novembro de 1913, p. 146). Teixeira Rego assinou "Universidade Popular" (n.º 28, 30 de agosto de 1914, pp. 61-62 e n.º 30, outubro de 1914, p. 73).

Dos textos acabados de elencar, infere-se uma teorização do paradigma das universidades populares da "Renascença Portuguesa" assente em três pilares:

a saber: 1) finalidade, missão e necessidade 2) público e 3) modalidade funcional didática. Jaime Cortesão pronunciou-se sobre todos estes aspetos. Álvaro Pinto sobre o primeiro e o terceiro. Teixeira Rego sobre o segundo e o terceiro.

Quanto à finalidade das universidades populares, defendia Álvaro Pinto,<sup>4</sup> tendo em mente o caso específico da Universidade Popular do Porto, ser ela a de contribuir para o renascimento da alma nacional.

E com isto concordava Cortesão, ao não aceitar que uma educação influenciada pelo espírito de civilizações outras que não o da nossa pudesse fazer renascer Portugal e ao pensar que, pelo contrário, sem prejuízo de uma abertura ao mundo civilizado, as universidades populares teriam que beber no espírito português

De onde que julgasse ser mister que, até pelo próprio interesse que por ela nutriam alguns povos europeus, os portugueses se lançassem à descoberta da sua cultura, tarefa esta para a qual deveriam contribuir as universidades populares.<sup>5</sup>

Assim, entendia Cortesão que não se podia perder de vista que todo o trabalho letivo nelas desenvolvido teria que se subordinar àquela finalidade última e maior do Movimento, que era a de consciencializar os portugueses da originalidade do seu espírito pátrio, para que, assim, se fizesse renascer Portugal.<sup>6</sup> De onde que concluísse ser missão das universidades populares da Renascença educar o povo português, nisto consistindo, também, a sua necessidade: elas eram necessárias para educar o povo português.<sup>7</sup>

Porém, daqui brotava o problema de saber quem era esse povo português a ser educado, o que se queria significar com o povo português a ser educado, a que público, enfim, se deviam direcionar as universidades populares renascentes.

No tocante a esta matéria — definir o público que devia frequentar as universidades populares —, o operariado estava na mente dos renascentes, pelo que lhes causava algum incómodo verificarem que, na realidade, a sua afluência às universidades populares era diminuta.

4 Cf. Pinto, Álvaro, "Crónica — Universidade Livre e universidades populares — Antes e depois da República — A mudança de regime trouxe logo conhecimento imediato e educação absoluta...", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 19, 1 de novembro de 1913, p. 146.

5 Cf. Cortesão, Jaime, "Universidades populares IX: nacionalismo e cosmopolitismo", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. II, n.º 22, 10 de fevereiro de 1914, p. 9.

6 Idem, "Questões educativas — as universidades populares VI: a Universidade Popular do Porto e a Renascença Portuguesa", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 10, 16 de março de 1913, pp. 73-74.

7 Idem, "As universidades populares — I: sua missão e necessidade em Portugal", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 3, 30 de novembro de 1912, pp. 19-20.

Álvaro Pinto lamentava esta pouca adesão das classes operárias à iniciativa e justificava-a com um argumento próprio do homem pragmático que era: elas não frequentavam em número significativo a Universidade Popular do Porto, sobretudo porque esta não tinha por finalidade ser um meio ao serviço da luta sociopolítica e das reivindicações de classe,<sup>8</sup> como o fora, antes da República, a Universidade Livre do Porto, que, por isso mesmo, tinha conhecido uma vasta afluência de operários aos seus cursos lições.

Nas suas reflexões sobre o público das universidades populares da Renascença, o operariado era, também, uma preocupação central de Jaime Cortesão, que ora manifestava alegria pelo facto, esporádico, desta classe ter feito notar a sua presença num curso sobre a comuna de Paris, logo a exortando a acorrer a outros cursos,<sup>9</sup> ora mostrava descontentamento pela sua normal ausência e desinteresse, que justificava apontando o dedo ao atraso do ensino primário nacional — a única escolarização a que a parte diminuta dos operários que não eram analfabetos tinha tido acesso —, que acusava de ser totalmente incapaz de criar nos seus alunos um espírito de curiosidade intelectual.<sup>10</sup>

Cortesão, contudo, tinha um entendimento muito pessoal do conceito de povo a ser educado nas universidades populares da Renascença. Se admitia que, num país como a França, este conceito se restringisse aos operários e excluísse aqueles que, em virtude de terem frequentado níveis elevados de ensino, se tinham já alcançado a uma existência mais consciente e, por isto mesmo, mais elevada do que a do comum dos mortais, assim não pensava no concernente a Portugal. E não pensava porque estava convencido que os ensinos liceal e universitário português estavam fortemente condicionados por um jesuitismo que deformava o carácter dos alunos, pelo que não sucedia entre nós o que acontecia com os franceses, ou seja, o percurso académico dos nossos estudantes, mesmo longo, não os levava a disfrutar daquela forma mais consciente e elevada de existência sem a qual não se poderia fazer renascer o original espírito português.<sup>11</sup>

8 Cfr. Pinto, Álvaro, *ibidem*.

9 Cfr. Cortesão, Jaime, "A Universidade Popular e o operariado [VII]", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 19, 1 de novembro de 1913, p. 145.

10 *Idem*, "Universidades populares — VIII: a Universidade Popular do Porto e o problema da instrução primária", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. II, n.º 21, 15 de janeiro de 1914, p. 1.

11 *Idem*, "As universidades populares — I: sua missão e necessidade em Portugal", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 3, 30 de novembro de 1912, pp. 19-20.

Resultava daqui, portanto, a necessidade de também aquelas classes mais escolarizadas, médias e altas, integrarem o público das universidades populares da Sociedade e de estas, por consequência, abrirem as suas portas a professores, militares, comerciantes e outros<sup>12</sup> e promoverem uma ação educativa que levasse aquelas classes sociais a libertarem-se do estado em que se encontravam,<sup>13</sup> o qual Cortesão dizia ser de inércia e cegueira.

Uma palavra final para Teixeira Rego, que, idealista, almejava um público das universidades populares constituído por todos aqueles em quem, depois de uma passagem atribulada e frustrante pelo ensino formal, despertara a curiosidade intelectual, a vontade de aprender, o amor puro e desinteressado ao saber.<sup>14</sup>

E também sobre o modo de funcionamento das universidades populares manifestou Teixeira Rego uma opinião, se bem que algo paradoxal. O autor de *Nova Teoria do Sacrifício* rejeitava liminarmente que se concebesse que o ensino nas universidades populares fosse análogo ao ensino liceal, ou ao ensino superior, ou aos dois interligados sequencialmente entre si. Não obstante, entendia e concordava que o modelo de funcionamento didático da Universidade Popular do Porto se inspirasse (se inspirasse, não que fosse) quer no modelo dos liceus, ministrando cursos de tipo liceal, quer no modelo do ensino superior, oferecendo ao seu público conferências sobre assuntos cientificamente elevados.<sup>15</sup>

E entrava em mais pormenor quanto aos conteúdos dos cursos de tipo liceal, dividindo-os desde logo em em dois campos, Ciências e Letras, à semelhança, aliás, do que acontecia no ciclo de estudos final dos liceus portugueses, aconselhava, para o primeiro (Ciências), aulas de Matemática e de Ciências da Natureza, fazendo a apologia, para as Letras, da aprendizagem do grego clássico, pelas suas virtualidades enquanto língua fundamental para o estudo da Filologia, do Direito, da Etnografia, da Filosofia e das Artes Liberais.<sup>16</sup>

Jaime Cortesão, por seu turno, optou por abordar a problemática da modalidade funcional didática das universidades populares começando por diferenciá-las das universidades livres e das extensões universitárias.<sup>17</sup> Deste modo,

12 *Idem*, "Questões educativas — as universidades populares IV: a Universidade Popular do Porto", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. II, n.º 6, 16 de janeiro de 1913, pp. 41-42.

13 *Idem*, "Questões educativas — as universidades populares V: as classes médias e a nossa Universidade Popular do Porto", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 8, 18 de fevereiro de 1913, pp. 58-59.

14 Cfr. Teixeira Rego, "Universidade Popular", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. II, n.º 30, outubro de 1914, p. 73.

15 *Idem*, "Universidade Popular", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. II, n.º 28, agosto de 1914, pp. 61-62.

16 *Idem*, "Universidade Popular", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. II, n.º 30, outubro de 1914, p. 73.

17 *Idem*, "Questões educativas: universidades livres, extensões universitárias, universidades populares — II", in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 4, 15 de dezembro de 1912, pp. 25-26.

para ele, as universidades populares não eram universidades livres, mau grado a dificuldade que considerou existir em alcançar uma definição universalmente válida de universidade livre, uma vez que a aceção e realidade das universidades livres diferia de país para país. Todavia, o diretor de *A Vida Portuguesa* admitia que, em suma, noutros países que não no Portugal da época, a expressão "universidade livre" designava aquelas universidades que, sendo no sentido tradicional do termo, não estavam, contudo, sujeitas à tutela do Estado, ou melhor, não lhe pertenciam, pelo que a sua natureza livre se referia a esta liberdade em relação ao Estado. Não assim em Portugal, como se disse e Cortesão sublinhava, país em que não se podia falar da existência de universidades livres, pelo que aquelas associações que, em Lisboa e no Porto, se tinham autonomado de universidades livres, não eram senão universidades populares, devendo tomar-se no mesmo sentido, por conseguinte, entre nós, as expressões "universidade livre" e "universidade popular".

As universidades populares não eram, também, frisava-o Jaime Cortesão, extensões universitárias, pois estas eram atividades de divulgação científica levadas a cabo pelas universidades formais, já que, mesmo sendo lecionadas por professores universitários e podendo incluir avaliação e passagem de um diploma ou certificação da sua frequência, não só não conferiam qualquer grau académico, como também não exigiam aos que as procuravam uma preparação escolar prévia de nível igual à exigida aos alunos que pretendiam ingressar em cursos que conferiam um grau académico.

Assim, não sendo nem universidades livres, nem extensões universitárias, as universidades populares, para Cortesão, eram modalidades educativas sem ligação ao sistema de ensino formal, que pretendiam satisfazer as expectativas culturais daqueles que as demandavam e, destarte, aumentar o nível de educação da sociedade em que estavam inseridas.

E encontrariam naquela que tinha sido a universidade popular original — a que, em 1898, George Deherme fundara em França — a estrela norteadora do seu funcionamento, que lhes indicaria como professores homens de qualificação académica e profissional elevada, como público preferencial o operariado, como tarefa pedagógica fornecer a este público uma educação que o tornasse socialmente mais participativo, como método didático a conferência seguida de debate, tudo isto podendo acontecer em qualquer modesta instalação em que existisse uma mesa em torno da qual se sentassem professor e alunos.

## BIBLIOGRAFIA

- Carvalho, Maria de Fátima Pacheco, *A Educação em A Vida Portuguesa*, Universidade do Minho, Braga, 2007 [dissertação de Mestrado em Educação, área de especialização em História da Educação e da Pedagogia, apresentada à Universidade do Minho em 2007].
- Casulo, José Carlos, *Filosofia da Educação em Teixeira de Pascoaes*, Braga, IE/CEEP-Universidade do Minho, 1997.
- Condorcet, "Rapport et projet de décret sur l'organisation générale de l'instruction publique", em Hippeau, C., *L'instruction publique en France pendant la Révolution*, Klincksieck, Paris, 1990, pp.105-101 (republicação da edição original de 1881).
- Cortesão, Jaime, "As universidades populares — I: sua missão e necessidade em Portugal" in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 3, 30 de novembro de 1912, pp.19-20.
- . "Questões educativas: universidades livres, extensões universitárias, universidades populares — II" in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 4, 15 de dezembro de 1912, pp.25-26.
- . "Questões educativas — universidades populares — III: como as universidades populares começaram em França" in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 5, 31 de dezembro de 1912, pp.33-34.
- . "Questões educativas — as universidades populares IV: a Universidade Popular do Porto" in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 6, 16 de janeiro de 1913, pp.41-42.
- . "Questões educativas — as universidades populares V: as classes médias e a nossa Universidade Popular do Porto" in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 8, 18 de fevereiro de 1913, pp.58-59.
- . "Questões educativas — as universidades populares VI: a Universidade Popular do Porto e a Renascença Portuguesa" in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 10, 16 de março de 1913, pp.73-74.
- . "A Universidade Popular e o operariado [VII]" in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 19, 1 de novembro de 1913, p.145.
- . "Universidades populares — VIII: a Universidade Popular do Porto e o problema da instrução primária" in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. II, n.º 21, 15 de janeiro de 1914, p.1.
- . "Universidades populares IX: nacionalismo e cosmopolitismo" in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. II, n.º 22, 10 de fevereiro de 1914, p.9.
- Manso, Artur, "Jaime Cortesão e as Universidades Populares da Renascença Portuguesa" in *Teoremas de Filosofia*, Porto, n.º 8, 2003, pp.55-63.

Paço, António Simões do, "As universidades populares em Portugal" in *O Direito de Aprender*, Lisboa, n.º 13, dezembro de 2010, pp.46-50.

Pintassilgo, J., "O projeto pedagógico das universidades populares no Portugal da primeira década do século xx. O exemplo da Academia de Estudos Livres" in *IV Congresso Brasileiro de História da Educação — A educação e os seus sujeitos na história. Anais*, Goiás, Universidade Católica de Goiás — Sociedade Brasileira de História da Educação, 2006 (disponível online no Repositório da Universidade de Lisboa, <http://hdl.handle.net/10451/4036>, acedido em 21/x1/2012).

Pinto, Álvaro, "Crónica — Universidade Livre e universidades populares — Antes e depois da República — A mudança de regímen trouxe logo conhecimento imediato e educação absoluta..." in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 19, 1 de novembro de 1913, p.146.

Rego, José Teixeira, "Universidade Popular" in *A Vida Portuguesa*, Porto, vol. I, n.º 28, 30 de agosto de 1914, pp.61-62 e n.º 30, outubro de 1914, p.73.

Samuel, Paulo, *A Renascença Portuguesa: um perfil documental*, Fundação Eng.º António de Almeida, Porto, 1990.